



**REDE SOCIAL DO MUNICIPIO DE
FORNOS DE ALGODRES**



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2017-2020

Fornos de Algodres, 30 de maio de 2017

Versão	1					
Elaborado por	Núcleo Executivo do CLAS de Fornos de Algodres					
Aprovado por	Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Fornos de Algodres				Em	30.05.2017
Disseminado	Resp.		Meio	Mail; suporte de papel; reuniões; plataforma digital	Dest.	Comunidade, Parceiros
Entrada em Vigor						
Histórico de revisões						

Índice

CONSIDERAÇÕES GERAIS	4
1. DADOS QUE INFLUENCIARAM A DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA	8
2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA 2017-2020.....	15
2.1. Eixo 1: <i>Coesão Social</i>	15
2.2. Eixo 2: <i>Revitalização do tecido económico</i>	16
2.3. Eixo 3: <i>Qualidade de vida e cidadania</i>	17
3. METODOLOGIA.....	19
4. AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO	20
5. GRELHA DE MONITORIZAÇÃO PLANO ESTRATÉGICO	22
6. PLANO DE AÇÃO 2017	23



“Os maiores acontecimentos e pensamentos são os que mais tardiamente são compreendidos.”

Friedrich Nietzsche

CONSIDERAÇÕES GERAIS

De acordo com o Decreto-Lei nº 115/2006 de 14 de junho, o **Plano de Desenvolvimento Social** (PDS) é um instrumento de planeamento elaborado pelas Redes Sociais concelhias, que determina eixos, estratégias e objetivos de intervenção, tendo por base as prioridades definidas no Diagnóstico Social e as orientações e diretrizes provenientes de políticas públicas.

O Plano de Desenvolvimento Social é, pois, um instrumento estratégico de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local. É, também, um guia de ação que visa a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social e, também, a introdução de efeitos preventivos, gerados através de ações de animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações.

O Plano de Desenvolvimento Social, deve possibilitar e exprimir uma relação entre intervenções/ações, projetos e intervenientes. Estes são os requisitos básicos para realizar uma intervenção coerente e integrada para desenvolvimento e sustentabilidade do território.

Na atualização efetuada ao Diagnóstico Social foram identificadas e analisadas as problemáticas sociais, causas e efeitos, que implicam obrigatoriamente intervenções que conjuguem esforços e recursos e que os responsáveis sociais se desdobrem com o mesmo objetivo, possibilitando que este plano contribua de forma sustentável para o desenvolvimento socioeconómico deste município.

O Plano de Desenvolvimento Social aqui apresentado constituiu-se, pois, como um instrumento estruturante, de deliberação, onde se inscreve um projeto comum de mudança, que consagra as grandes opções e orientações de natureza estratégica e programática para a promoção do desenvolvimento social no concelho de Fornos de Algodres durante um horizonte temporal compreendido entre 2017 e 2020.

Na sua Visão Estratégica, o PDS procura formular desafios de inovação, transformação e qualificação e propõe um enfoque mobilizador da intervenção no sentido de tornar a comunidade mais capacitada, coesa e solidária.

A concretização desta Visão estratégica de desenvolvimento social para os próximos quatro anos assenta no conhecimento proporcionado pela elaboração do Diagnóstico Social do Município e consubstancia-se em torno de três eixos fundamentais: *Coesão Social*; *Revitalização do Tecido Económico*; *Qualidade de Vida e Cidadania*.

Estes eixos de desenvolvimento foram definidos numa perspetiva do desenvolvimento desejado para o Município de Fornos de Algodres procurando obter determinados resultados, através do desenvolvimento de ações e mobilização dos recursos disponíveis, inscritos nos Planos de Ação anuais, a concretizar pelos parceiros da Rede Social.

Os *Objetivos Estratégicos* deduzidos a partir desta visão de desenvolvimento social para o concelho permitem identificar e sistematizar as principais prioridades que deverão nortear a ação coletiva, de modo a fazer evoluir a situação de partida apurada no Diagnóstico Social, para a situação ambicionada para o concelho.

O Objetivo Estratégico associado ao *Eixo “Coesão Social”* deve a sua pertinência à necessidade de diversificação e adequação da oferta de respostas sociais às necessidades efetivas da população, assumindo particular importância a qualidade da intervenção das organizações do terceiro setor e a articulação interinstitucional. Neste âmbito, considera-se que o foco de intervenção do PDS deve centrar-se no desenvolvimento de modelos de intervenção/ organização que promovam uma combinatória de esforços orientada para uma maior qualificação e diversificação da rede de respostas sociais no Município, e uma maior readaptação das intervenções sociais à realidade concelhia, fomentando, sobretudo, a capacitação das organizações do terceiro setor (adoção de modelos e processos de gestão modernos).

O Objetivo Estratégico subjacente ao *Eixo “Revitalização do Tecido Económico”* deve a sua pertinência ao crescimento da taxa de desemprego (14,1% em 2011) no concelho e ao fraco espírito empreendedor e fraco dinamismo empresarial. Neste âmbito considera-se que o foco do PDS deve centrar-se numa mobilização mais intensa dos mecanismos de melhoria das condições de acesso e (re)integração no mercado de trabalho, bem como, na divulgação de oportunidades de acesso a fontes de

financiamento, incrementando o contributo das organizações (empresariais e não empresariais) na promoção do desenvolvimento social, incentivando o empreendedorismo e fomentando a responsabilidade social no tecido empresarial e a coesão territorial.

O Objetivo Estratégico associado ao *Eixo Qualidade de Vida e Cidadania* deve a sua pertinência ao baixo nível de escolaridade da população e à desvalorização do associativismo e dos valores da cidadania. Neste âmbito considera-se que o foco do PDS deve centrar-se numa mobilização mais intensa dos mecanismos de incentivo à participação e à obtenção do compromisso de todos os munícipes na melhoria da qualidade de vida a nível local, colocando especial foco nas questões ambientais e no reforço da comunicação e da capacitação da sociedade civil, em particular, das associações de base local (recurso a metodologias participativas e sistemas de informação adequados).

Na estruturação do presente documento foi primeiramente tido em conta os dados estatísticos que influenciaram a definição da estratégia, que abordamos no ponto 1 seguindo-se, no ponto 2, a apresentação das grandes opções estratégicas para os próximos quatro anos, contendo as intervenções a desenvolver no sentido de atingir uma situação social desejável e realista para o nosso Município.

No ponto 3 do documento é apresentada a metodologia de planeamento adotada, tendo em conta as perceções individuais dos atores/agentes locais, bem como, a sua interação e confronto de perspetivas e visões preponderantes para a produção do conhecimento sobre a realidade local, identificando as prioridades mais realistas de forma a ocorrer mudanças efetivas e sustentadas nos grupos mais vulneráveis aos processos de exclusão social.

Como em todos os processos de planeamento, também aqui é necessário prever mecanismos de controlo/monitorização e avaliação da implementação das atividades propostas, que permitam tornar mais transparentes e adequadas as intervenções, sendo estes aspetos abordados no ponto 4. Em seguimento é apresentada, no ponto 5, uma grelha de monitorização onde estão patentes, por eixo, e, por objetivos estratégicos, os indicadores de realização e o período temporal/meta. Esta grelha assume fulcral importância no sucesso do atual documento uma vez que nos permite “afinar” a nossa atuação ao longo destes quatro anos e ajustar periodicamente a intervenção a novas necessidades/problemáticas sociais,

consequentemente, novas oportunidades, permitindo um (re)posicionamento da rede social face aos desafios sociais que se apresentam ao desenvolvimento local.

O Plano de Desenvolvimento Social deve contemplar, também, um Plano de Ação que, em cada ano, operacionalize os objetivos e estratégias formuladas através da implementação de iniciativas/ações já existentes ou a criar. No ponto 6 é apresentado o Plano de Ação para o ano de 2017 contendo, para cada eixo de desenvolvimento, os objetivos gerais e específicos, bem como, as metas, indicadores de avaliação e os parceiros responsáveis pelo desenvolvimento das ações programadas, porque, acima de tudo, este plano resulta da conjugação de sinergias internas em prole do desenvolvimento deste território nas suas diversas áreas.

Porque juntos somos mais fortes!

1. DADOS QUE INFLUENCIARAM A DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

Conforme referimos anteriormente, na estruturação do presente documento foi primeiramente tido em conta alguns dados estatísticos, nomeadamente a nível demográfico, em que constatámos que houve um decréscimo acentuado da população no concelho (↓ 719 habitantes) entre os anos 2001 e 2011, conforme pode constatar-se através do gráfico que a seguir se apresenta.

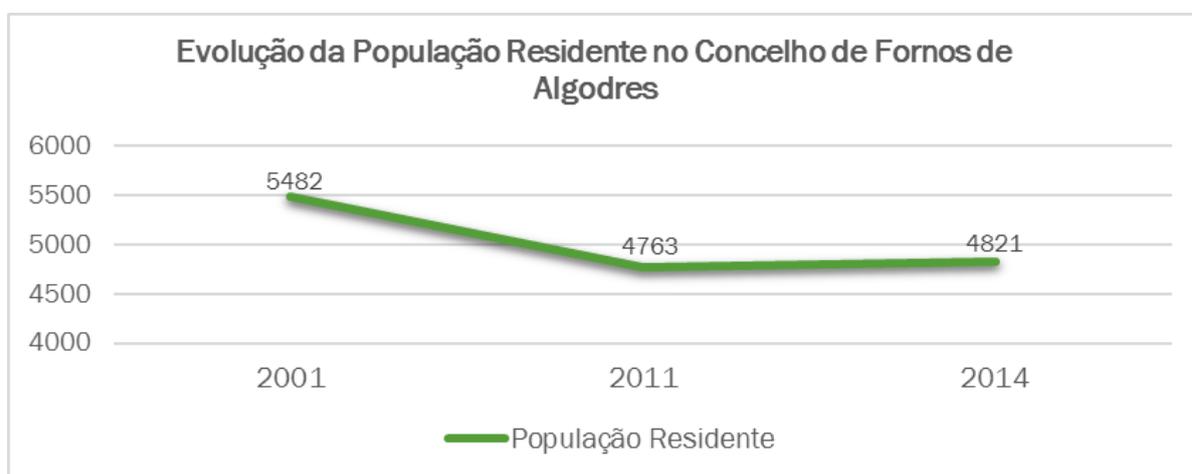
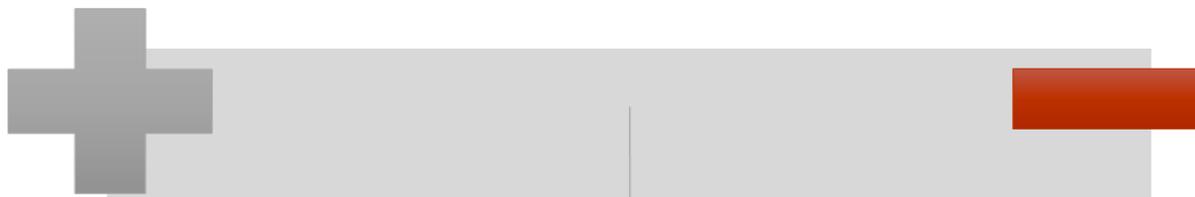


Gráfico 1 – População residente no concelho de Fornos de Algodres e sua evolução por anos. - Fonte: INE

As dinâmicas demográficas registadas nas últimas décadas em Portugal revelam que dois terços do território nacional (onde Fornos de Algodres se encontra inserido), correspondendo, grosso modo, aos municípios do Interior do País, estão ameaçados de despovoamento e das suas inevitáveis consequências, donde sobressai, o declínio das atividades económicas e a perda de massa crítica; o agravamento dos custos de provimento de infraestruturas e equipamentos sociais; a rarefação de serviços públicos fundamentais e a correspondente degradação da igualdade oportunidades e de condições de vida, requerendo, por isso, maior coesão social e territorial.

Os dados que a seguir apresentamos, relativos às áreas de Demografia e Ação Social, identificados no Diagnóstico Social estiveram na base da definição do eixo de desenvolvimento que designamos por “**COESÃO SOCIAL**”, donde salientamos fatores críticos e fatores positivos:



Peso da Freguesia Sede na estrutura populacional do Município (principal foco de concentração demográfica).

Aumento do índice de longevidade (cada vez mais pessoas alcançam idades cada vez mais avançadas).

Existência de um número significativos de IPSS (10) que apoiam 811 clientes.

Boa cobertura de respostas sociais de apoio aos grupos mais vulneráveis.

Elevada taxa de utilização SAD (resposta social mais procurada).

1 IPSS com respostas certificadas proporcionando, também, formação certificada pela DGERT.

Programas de promoção do envelhecimento ativo (Fornos Vida, Universidade Sénior).

Programas de promoção do desenvolvimento social do território (CLDS3G, RLIS e outros).

Decréscimo contínuo da População.

Envelhecimento Populacional.

Aumento da Taxa de Mortalidade.

Diminuição da Taxa de Natalidade.

O Saldo migratório não é suficiente para anular o Saldo Natural negativo.

Aumento do Índice de Envelhecimento.

Aumento do Índice de Dependência de Idosos.

Baixo nível de rendimentos/reformas com valores médios baixos.

Gama de serviços SAD orientados apenas para satisfação das necessidades básicas dos clientes /Falta de respostas diferenciadoras.

Fraca cooperação interinstitucional.

Do ponto de vista demográfico sobressai, pois, o problema do acentuado decréscimo da população, com os seniores a deter um peso expressivo e crescente na comunidade local. O Diagnóstico Social dá conta de um elevado número de idosos a alcançarem idades cada vez mais avançadas.

No que diz respeito à ação social regista-se uma boa cobertura de respostas/programas de apoio aos grupos sociais mais vulneráveis, sendo maioritariamente (73%) desenvolvidas por instituições da rede privada. As organizações do terceiro setor assumem particular importância não só ao nível do desenvolvimento social (apoiam 811 clientes), mas, também, a nível do desenvolvimento económico (asseguram 175 postos de trabalho), direcionando a sua ação sobretudo para atender as necessidades da população idosa.

Do total de respostas sociais existentes no concelho, 58% estão direcionadas para atender as necessidades da população idosa, evidenciando-se um perfil de necessidades cada vez mais amplo e heterogéneo dentro deste grupo social.

A menor adesão a respostas como o Centro de Dia ou, a sobreutilização dos Serviços de Apoio Domiciliário (SAD) sugerem a necessidade de repensar e planear de forma integrada e, mais ajustada (ajustamento quantitativo e qualitativo), os serviços de apoio à população idosa, em articulação com as organizações da economia social. Por outro lado, é sentida a necessidade de diversificar e reforçar as respostas direcionadas para a promoção de processos de envelhecimento saudável e ativo, procurando maximizar a qualidade de vida da população sénior e fomentar a sua inclusão ativa e valorização social, no seio da comunidade.

Perante este contexto de intensificação tendencial do processo de envelhecimento da população revela-se prioritário capacitar o terceiro setor, conjugando esforços orientados para a qualificação, diversificação e ajustamento das intervenções sociais às necessidades da população, em particular, dos segmentos mais vulneráveis.

Os dados do Diagnóstico Social que estiveram na base da definição do eixo de desenvolvimento que designamos por “**REVITALIZAÇÃO DO TECIDO ECONÓMICO**” relacionam-se, essencialmente, com elevada taxa de desemprego (sobretudo juvenil e setor feminino) registada no concelho e, também, com o fraco espírito empreendedor e fraco dinamismo empresarial associado à desvalorização do potencial endógeno.

O Diagnóstico Social aponta, nesta área, os seguintes fatores críticos e fatores positivos:



Aumento da taxa de atividade, com notória subida da taxa de atividade feminina.

Boa cobertura de respostas educativas e formativas (destaca-se o papel do AEFA, do IEFP e do Gabinete Inserção Profissional/APSCDFA), no concelho.

Boa inserção do Município no sistema viário (e ferroviário) nacional/ Boas acessibilidades.

Forte potencial no setor primário, particularmente nas áreas da silvicultura e pastorícia (3 cooperativas, 14 queijarias licenciadas, 2 fábricas de laticínios).

A organização associativa surge como forma de resposta a problemas vividos por setores de economia, sobretudo, por produtores florestais, agricultores (Cooperativa Olivicultores, FORAL, APROFAL).

Aumento da atividade turística, com 2 unidades hoteleiras e 12 alojamentos TER.

Território com forte potencial turístico associado ao património natural (zonas de interesse faunístico e biodiversidade floral), produtos regionais e património histórico e arqueológico.

Posto de turismo e CIHAFa aberto de segunda a domingo (com roteiro arqueológico).

Programa de responsabilidade social corporativa e de coesão territorial.

Taxa de Desemprego de 14,1% em 2011 (superior à Região Centro e Portugal), afetando sobretudo jovens e mulheres.

Fraca capacidade de fixação de recursos humanos qualificados em setores de interesse para o Município.

Diminuição da população ativa.

O poder de compra *per capita* é o mais baixo do distrito, da média da região Centro e Portugal.

Fraca espírito empreendedor.

Fraca dinamismo empresarial e industrial.

Peso do setor terciário na economia local com fraco desenvolvimento de outros setores de atividade

Setor primário marcado por grande nº de produtores agrícolas com mais de 65 anos de idade e baixa escolaridade (apenas 5% apresenta nível escolar superior).

Inexistência de uma oferta turística estruturada e diferenciada de promoção do território.

Fraca valorização dos recursos endógenos e pouca capacidade de utilização dos mesmos.

Fraca inter-ajuda e cooperação entre as unidades empresariais.

Para além da escassez de oportunidades de trabalho é notório um forte entorpecimento da economia local, marcada pelo peso do setor terciário (é o setor que absorve maior número de ativos empregados e apresenta maior número de empresas/sociedades), desvalorizando-se o potencial de outros setores de atividade, designadamente, do setor do turismo. Apesar de estar inserido na Região de Turismo do Centro e de ter um forte potencial turístico associado à variedade e singularidade dos seus recursos endógenos, o Município não tem conseguido criar elementos diferenciadores que o distingam dos demais municípios e incentivem a preferência pelo território, que, por sinal, goza de uma localização privilegiada e de boas acessibilidades.

Por outro lado, os agentes económicos locais, designadamente, unidades hoteleiras (2), alojamentos TER (12), restaurantes (15), trabalham de forma isolada, competindo entre si, mas não de uma forma estruturada ou numa lógica de promover conjuntamente o território, ou, o consumo dos produtos e serviços locais.

Neste âmbito considera-se necessário melhorar as condições de acesso e de (re)integração no mercado de trabalho, bem como, disponibilizar oportunidades de acesso a fontes de financiamento, incentivando o empreendedorismo, em setores de atividade como o turismo ou a agricultura biológica, fomentando, simultaneamente, a responsabilidade social no tecido empresarial e a coesão territorial.

Por fim, o Eixo de desenvolvimento **“QUALIDADE DE VIDA E CIDADANIA”**, deve a sua pertinência à problemática da escolarização e da cultura associativa, e, ainda à necessidade de promover práticas de sustentabilidade territorial e responsabilidade coletiva, identificadas no Diagnóstico Social.

Ao analisarmos aspetos relacionados com o ordenamento urbano do território, mais concretamente, no plano das infraestruturas sanitária, elétrica e viária vimos que a qualidade urbanística dos aglomerados populacionais está razoavelmente assegurada (exceto a nível da rede de esgotos em 4 localidades). Neste âmbito consideramos importante realçar a política ambiental de reciclagem desenvolvida no Município que inclui, para além do projeto “Eco Escolas”, e, da implementação de um sistema de recolha seletiva feita a partir de ecopontos (vidro, papel/cartão, embalagens, pilha, óleo), um Programa de Recolha de Papelão e um sistema de recolha e tratamento de resíduos têxteis e afins (roupa, calçado e brinquedos também encaminhados para a Loja Social), em resultado do protocolo existente entre a

Câmara Municipal e a empresa H.SARAH Trading Lda. Considerando que estas iniciativas transportam consigo não só benefícios ambientais, mas, também, económicos e sociais, reforçando a política integrada de sustentabilidade territorial, revela-se importante reforçar o apelo a uma maior consciencialização cívica, ecológica e social dos munícipes, incentivando a reutilização de bens, a rentabilização de recursos e a promoção de práticas de sustentabilidade e responsabilidade coletiva.

Identificaram-se no Diagnóstico Social os seguintes fatores críticos e fatores positivos:



<p>Cobertura total do município por sistema de abastecimento de águas e sistema de drenagem, estando em funcionamento 2 ETAR.</p> <p>Política ambiental de reciclagem desenvolvida no Município incluindo: sistema de recolha seletiva feita a partir de ecopontos (vidro, papel/cartão, embalagens, pilha, óleo); sistema de recolha e tratamento de resíduos têxteis e afins; projeto “Eco Escolas”, com relevante papel na educação ambiental.</p> <p>Aumento da recolha de resíduos têxteis e afins de 3244 toneladas em 2014 para 5555 toneladas em 2016, permitindo alimentar o funcionamento de Loja Social.</p> <p>Existência de capacidade organizativa da comunidade com vista à constituição de associações (36 no total) sendo criadas 8 novas (2012- 2015).</p> <p>Aumento do interesse e participação em iniciativas desportivas realizadas ao ar livre valorizando a qualidade ambiental.</p> <p>Diminuição da taxa de analfabetismo.</p> <p>Aumento do número de licenciados.</p> <p>Diferenciação de ofertas formativas.</p>	<p>Localidades sem rede de esgotos (Fuinhas, Cadoiço, Forçadas e Fonte Fria).</p> <p>A recolha indiferenciada não é realizada em todas as localidades.</p> <p>Insuficiente divulgação da política ambiental implementada no Município.</p> <p>Fraca consciencialização cívica, ecológica e social dos munícipes.</p> <p>Insuficiente divulgação da ação das associações/ pouca visibilidade dos seus projetos associativos.</p> <p>Fraca iniciativa de interajuda e intercâmbio entre associações desenvolvendo iniciativas/respostas no mesmo território com os mesmos objetivos sem articulação entre si.</p> <p>Edifícios devolutos em resultado do encerramento de respostas/equipamentos sociais e outros.</p> <p>Baixo nível de escolaridade da população residente / Fraco reconhecimento público do valor económico e social da educação e da formação.</p>
---	---

O Diagnóstico Social revela, também, a necessidade de elevar o nível de qualificações e competências da população, face ao baixo nível de escolaridade registado (40% com o 1º ciclo de escolaridade). Neste âmbito revela-se importante promover um maior reconhecimento público do valor económico e social da **educação e da formação** e reforçar a acessibilidade a oportunidades diversificadas de aquisição de qualificações e competências junto dos segmentos mais vulneráveis da população, envolvendo especial participação de organismos vocacionados para esta área.

No que diz respeito ao **associativismo** é de realçar o aumento do número de associações nos últimos anos (8 novas, de 2012 a 2015), em particular, associações musicais (4), desportivas (2) e de apoio ao agricultor (2), verificando-se, contudo, que, algumas delas, ainda não concluíram o seu processo de constituição, por falta de motivação. Importa, também, referir que a generalidade das associações do concelho tende a atuar de forma isolada, revelando pouca preocupação em promover e/ou divulgar as suas iniciativas e projetos associativos junto da comunidade onde se inserem.

Neste âmbito considera-se que o foco do PDS deve centrar-se numa mobilização mais intensa dos mecanismos de incentivo à participação e à obtenção do compromisso de todos os munícipes na melhoria da qualidade de vida a nível local, colocando especial foco nas questões ambientais e no reforço da comunicação e da capacitação da sociedade civil, em particular, das associações de base local, fazendo uso de metodologias participativas e sistemas de informação adequados.

2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA 2017-2020

Tal como referimos anteriormente a estratégia de desenvolvimento social definida no âmbito da atualização do Diagnóstico Social, para o Município de Fornos de Algodres, propõe um enfoque mobilizador da intervenção no sentido de tornar a comunidade mais capacitada, mais coesa, mais solidária.

Os Objetivos Estratégicos deduzidos a partir desta visão de desenvolvimento social para o concelho permitem identificar e sistematizar as principais prioridades que deverão nortear a ação coletiva, de modo a fazer evoluir a situação de partida apurada no Diagnóstico Social, para a situação ambicionada para o concelho. Desta forma, vamos, de seguida, identificar por eixos de desenvolvimento, a sua forma de operacionalização que se espera desenvolver nos próximos anos (2017-2020).

2.1. EIXO 1: COESÃO SOCIAL

OBJETIVO GERAL/ESTRATÉGICO:

Durante o quadriénio 2017-2020 haverá uma maior qualificação e diversificação da rede de respostas sociais no Município e uma maior readaptação das intervenções sociais à realidade concelhia, em particular, às necessidades dos grupos sociais mais desprotegidos e vulneráveis à exclusão social.

ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO:

Envolver os vários atores e instituições locais, particularmente, as que intervêm em áreas de reconhecida necessidade social, no desenvolvimento de instrumentos capacitadores da sua ação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

OE1. Até final de 2020 será constituída e, em pleno funcionamento, uma Comissão Municipal de Apoio ao Idoso (CMAI) de Fornos de Algodres.

OE2. Até final de 2020 será mantido e reforçado o apoio ao funcionamento de projetos inovadores de promoção do envelhecimento ativo.

OE3. Até final de 2020 será mantido e reforçado o funcionamento de programas de apoio aos grupos sociais mais desprotegidos e vulneráveis à exclusão social.

OE4. Até final de 2020 será disponibilizada oferta formativa para a melhoria da intervenção das organizações do terceiro setor;

AÇÕES

OE1. Constituir Comissão Municipal de Apoio ao Idoso.

OE2. Desenvolver projetos de promoção do envelhecimento ativo.

OE3. Desenvolver “Programa Avô, Município Amigo do Idoso” e outros programas de apoio social dinamizados por entidades parceiras.

OE4. Capacitar o Terceiro Setor e promover o desenvolvimento de atividades inovadoras na área social.

2.2. EIXO 2: REVITALIZAÇÃO DO TECIDO ECONÓMICO

OBJETIVO GERAL/ESTRATÉGICO:

Durante o quadriénio 2017-2020 serão promovidas iniciativas e mobilizados recursos para melhoria das condições de acesso e (re)integração no mercado de trabalho e de acesso a fontes de financiamento, incentivando o empreendedorismo e fomentando a responsabilidade social no tecido empresarial e a coesão territorial.

ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO:

Envolver a participação de diversos atores (decisores) e agentes económico-sociais da região na discussão e definição das principais estratégias de desenvolvimento local e na revitalização da economia local.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

OE5. Até final de 2020 estará implementada uma política de responsabilidade social no território;

OE6. Até final de 2020, será reforçada a divulgação de medidas e programas que promovam o emprego e/ou oportunidades de acesso a fontes de financiamento de projetos no território.

OE7. Até final de 2020 será reforçado o apoio a iniciativas de promoção do território e dos recursos endógenos.

AÇÕES

OE5. Implementar o programa de responsabilidade social “Fornos For Us”.

OE6. Divulgar medidas e programas que promovam o emprego e/ou oportunidades de acesso a fontes de financiamento de projetos no território.

OE7. Reforçar o apoio a iniciativas de promoção do território e dos recursos endógenos.

2.3. EIXO 3: QUALIDADE DE VIDA E CIDADANIA

OBJETIVO GERAL/ESTRATÉGICO:

Durante o quadriénio 2017-2020 serão mobilizados mecanismos de incentivo à participação e à consciencialização dos valores da cidadania, procurando obter o compromisso de todos os munícipes na melhoria da qualidade de vida a nível local, colocando especial foco nas questões ambientais e no reforço da comunicação e da capacitação da sociedade civil, em particular, das associações de base local.

ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO:

Envolver a participação de todos os munícipes através do recurso a metodologias participativas e sistemas de informação adequados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

OE8. Até final de 2020 será incentivado o correto encaminhamento dos resíduos para reciclagem, ou, reutilização, premiando as boas práticas ambientais.

OE9. Até final de 2020 será reforçada a educação para a cidadania plena.

OE10. Até final de 2020 será reforçada a comunicação e o envolvimento crescente dos cidadãos e das organizações sociais na melhoria da qualidade de vida a nível local.

AÇÕES

OE8. Incentivar o correto encaminhamento dos resíduos para reciclagem, ou reutilização

OE9. Implementar o “Programa de Educação para a Cidadania Plena”

OE10. Reforçar a comunicação e o envolvimento crescente dos cidadãos e das organizações sociais na melhoria da qualidade de vida a nível local.

3. METODOLOGIA

A construção do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) do Município passou por três etapas fundamentais: a realização do diagnóstico da situação (Diagnóstico Social), a definição de linhas orientadoras e a operacionalização do Plano de Ação, sendo um processo que, desde o início, contou com a participação de todos os parceiros envolvidos no planeamento e intervenção social no concelho. Pretendemos que o PDS seja um documento dinâmico apostando-se numa metodologia participativa de adesão livre por parte dos atores locais.

Após a identificação dos eixos prioritários e a consequente validação, em sede de sessão plenária do CLAS, considerou-se então pertinente a realização de reuniões de trabalho/workshops em que o Núcleo Executivo estava presente, tendo um dos seus membros, a representante da ADRUSE, assumido a função de facilitador. O seu papel era de garantir o desenvolvimento dos trabalhos de um modo mais eficaz e eficiente, atendendo a que já conhecia a metodologia e os instrumentos a aplicar.

Desta forma, foram realizados os seguintes workshops de acordo com as diversas temáticas, onde foram apontadas:

- ✓ 28 de junho de 2016 – “revitalização do tecido económico concelho” – setor turístico
- ✓ 29 de junho de 2016 – “revitalização do tecido económico concelho” – setor empresarial e comercial
- ✓ 07 de julho de 2016 – o movimento associativo/setor social no concelho

Na dinamização destas sessões baseámo-nos na metodologia *Nuvem de Problemas*. Posteriormente foi feita a avaliação das propostas apresentadas com o objetivo de reformulação das mesmas de forma a facilitar a sua operacionalização e foram, ainda, identificados pelos parceiros alguns recursos disponíveis. Após a definição das estratégias foi construída uma grelha síntese que serviu de base à elaboração do PDS, com identificação das objetivos estratégicos, indicadores e período temporal/meta. Em cada ano de vigência do PDS é elaborado um Plano de Ação, que é acompanhado ao longo do seu processo de execução,

sendo monitorizado e avaliado com vista à reformulação das ações, promovendo o desenvolvimento social integrado e adequando as mesmas às necessidades reais de população alvo.

Por fim, falta ainda mencionar que a metodologia utilizada, designadamente as etapas e instrumentos empregados foram selecionados e estabelecidos em conjunto no seio do núcleo executivo do CLAS. Todo o processo metodológico e logístico (como convocatórias, elaboração e apresentação dos documentos) foi concretizado e acompanhado pela Ação Social da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, tendo o apoio pontual dos parceiros, conforme ia sendo estabelecido.

4. AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO

Para além de definir objetivos e Planos de Ação, o Plano de Desenvolvimento Social abrange ainda a implementação dessas mesmas orientações de trabalho no terreno. Deste modo, é necessário ter em linha de conta aspetos relacionados com a gestão, prossecução e visibilidade do mesmo.

A coordenação assume, neste momento, um papel preponderante, sendo esta competência atribuída ao Núcleo Executivo do CLAS, de forma a manter a dinâmica institucional e a continuidade de execução dos objetivos e estratégias delineados. Como tal, será necessária a existência de mecanismos de controlo/monitorização de implementação das atividades propostas, assim como a delegação de responsabilidades no que se refere a áreas e projetos de intervenção.

A equipa técnica do Núcleo Executivo reúne bimensalmente, podendo ainda programar outras reuniões intercalares, se assim for considerado necessário para a prossecução dos trabalhos. As competências do Núcleo Executivo assentam na dinamização e articulação de ações com as entidades que constituem o Plenário, na elaboração de propostas de Planos de Trabalho, Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Planos de Acção do concelho de Fornos de Algodres e na coordenação e redação das conclusões do Plenário.

Para além destas, pretende-se que o Núcleo Executivo desenvolva outras competências relacionadas com a própria evolução do CLAS de Fornos de Algodres, nomeadamente nas áreas da monitorização e avaliação, na medida em que deverão existir instrumentos de trabalho que permitam a partilha de informação, o acompanhamento metodológico dos diversos projetos a realizar, a manutenção da coesão interna, a moderação de conflitos, a proposta de alternativas de atuação, a valorização dos contributos e do potencial de cada parceiro.

De acordo com o definido no âmbito do CLAS, serão utilizados diversos instrumentos de acompanhamento e monitorização semestral e anual de forma a permitir uma maior comunicação e uma visualização das atividades e tarefas mais específicas, respetivos recursos afetos, bem como os resultados obtidos.

Entende-se, deste modo, que os processos de acompanhamento e monitorização devem ser entendidos como momentos de análise, reorientação ou reforço das ações e, se e quando necessário, de reestruturação de objetivos e estratégias. Através da monitorização, o CLAS fica possibilitado de rever o seu nível de atuação e, simultaneamente, de obter informações para a construção de novos planos, intensificando a sua ação, corrigindo-a, afetando recursos e identificando outros problemas com necessidade de intervenção.

O processo de acompanhamento e monitorização vai implicar diversas modalidades:

- Constituição das equipas: interna (corresponde ao Núcleo Executivo) e externa (corresponde aos membros do CLAS Fornos de Algodres e parceiros privilegiados escolhidos de forma unanime em sede de plenário);
- Temporalidade da sua realização: antes da execução do plano (com o processo de Diagnóstico Social), durante a elaboração e execução do plano (com as reuniões semestrais) e após o final da execução do plano (com as reuniões anuais);
- Impactos (destinatários: decisores, população, CLAS, entre outros).

Importa, desta forma, identificar os processos de acompanhamento e monitorização do Plano de Desenvolvimento Social, com a identificação e níveis de cumprimento da equipa, dos momentos e dos indicadores de monitorização e avaliação.

5. GRELHA DE MONITORIZAÇÃO PLANO ESTRATÉGICO

EIXO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES	PERÍODO TEMPORAL/META			
			2017	2018	2019	2020
Eixo 1. Coesão Social Envolver os vários atores e instituições locais, particularmente, as que intervêm em áreas de reconhecida necessidade social, no desenvolvimento de instrumentos capacitadores da sua ação.	OE1. Constituir Comissão Municipal de Apoio ao Idoso.	N.º de atividades desenvolvida no âmbito desta Comissão	>5	>10	>10	>10
	OE2. Desenvolver projetos de promoção do envelhecimento ativo.	N.º de idosos que participam nas diversas atividades	>250	>250	>250	>250
	OE3. Desenvolver “Programa Avô, município amigo do idoso” e outros programas de apoio social dinamizados por entidades parceiras.	N.º de idosos abrangidos nos diversos programas	>75	>100	>125	>150
	OE4. Capacitar terceiro setor e promoção do desenvolvimento de atividades inovadoras na área social.	N.º de atividades capacitadoras com o terceiro setor	>3	4	4	4
Eixo 2. Revitalização do tecido económico Envolver a participação de diversos atores (decisores) e agentes económico-sociais da região na discussão e definição das principais estratégias de desenvolvimento local e na revitalização da economia local.	OE5. Implementar o programa de responsabilidade social “Fornos For Us”.	N.º de entidades aderentes	>8	>16	>24	>30
	OE6. Divulgar medidas e programas que promovam o emprego e/ou oportunidades de acesso a fontes de financiamento de projetos no território.	N.º de atividades desenvolvidas	>8	>12	>12	>12
	OE7. Reforçar o apoio a iniciativas de promoção do território e dos recursos endógenos.	Taxa de dinamização de programas de divulgação	80%	85%	85%	85%
Eixo 3. Qualidade de vida e cidadania Envolver a participação de todos os munícipes através do recurso a metodologias participativas e sistemas de informação adequados.	OE8. Incentivar o correto encaminhamento dos resíduos para reciclagem, ou reutilização.	% de aumento do número de toneladas de lixo enviado para reciclagem face aos anos transatos	5%	10%	10%	10%
	OE9. Implementar o “Programa de Educação para a Cidadania Plena”	N.º de crianças/jovens envolvidos	>350	>400	>450	>500
	OE10. Reforçar a comunicação e o envolvimento crescente dos cidadãos e das organizações sociais na melhoria da qualidade de vida a nível local.	% de aumento de número de pessoas envolvidas em associações	5%	8%	10%	12%

6. PLANO DE AÇÃO 2017

EIXO DE DESENVOLVIMENTO: COESÃO SOCIAL						
OBJETIVO ESTRATÉGICO: contribuir para a qualificação e o ajustamento das intervenções sociais às necessidades da comunidade potenciando instrumentos capacitadores das instituições da economia social.						
OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÕES	METAS	DATA DE REALIZAÇÃO		ENTIDADES RESPONSÁVEIS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
			INICIO	FIM		
Concluir, até ao final do 1º trimestre, o PDS do Município	Conclusão e divulgação do PDS 2017-2020	(Não se aplica)	Jan.	Março	CLAS	PDS do Município
Concluir, até ao final do 1º trimestre, o Plano Gerontológico do Município	Funcionamento da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso (CMAI)	(Não se aplica)	Jan.	Março	CLAS CMAI	Plano Gerontológico do Município
Aumentar em 10% a participação dos idosos na vida da comunidade face ao ano transato	Funcionamento de projetos de apoio ao envelhecimento ativo (Fornos Vida, Universidade Sénior e outros).	(Não se aplica)	Jan.	Dez.	CLAS CMAI	Percentagem de participação
Manter em funcionamento programas de apoio aos grupos sociais mais desprotegidos e vulneráveis à exclusão social, até ao final de 2017	Funcionamento do Programa “Oficina Amiga de Sua Casa”	Dar resposta em 10 dias úteis	Jan.	Dez.	CMFA	Nº de dias de resposta às solicitações
	Funcionamento o Programa “Teleassistência”	12 agregados familiares	Jan.	Dez.	CMFA	Nº de pessoas abrangidas
	Funcionamento do Programa “Emergência Social”	Dar resposta a 90% dos pedidos solicitados	Jan.	Dez.	CMFA	Taxa de resposta
	Funcionamento de programas e iniciativas de promoção da saúde	10 ações	Jan.	Dez.	AEFA Centro Saúde ISCMFA/CLDS3G	Nº de ações realizadas Nº de participantes
	Funcionamento do Programa “Tudo Sobre Rodas” direcionado às pessoas com deficiência e incapacidade.	3 ações	Jan.	Dez.	CLAS ISCMFA/CLDS3G	Nº de ações Nº de participantes
	Desenvolvimento de ações de reforço de competências socioprofissionais para pessoas em idade ativa	8 ações	Jan.	Dez.	IEFP	Nº de ações Nº de participantes
	Desenvolvimento de ações de sensibilização dirigidas à comunidade escolar sobre a temática do alcoolismo, sexualidade e outras.	6 ações	Jan.	Dez.	CMFA AEFA “5 Sentidos” CARG	Nº de ações Nº de participantes
Implementar um plano de formação e consultadoria para a qualidade da intervenção das IPSS, até ao final de 2017	Criação de um grupo de trabalho de apoio às IPSS	(Não se aplica)	Jan.	Dez.	CLAS IPSS	Grupo de trabalho em funcionamento
	Organização e desenvolvimento de ações de capacitação das instituições para a adoção de modelos de gestão de qualidade modernos alinhado-as com o preconizado pela Segurança Social	5 ações	Jan.	Dez.	CLAS APSCDFA	Nº de ações Nº de participantes

EIXO DE DESENVOLVIMENTO: REVITALIZAÇÃO DO TECIDO ECONÓMICO						
OBJETIVO ESTRATÉGICO: fomentar a responsabilidade social no tecido empresarial e a coesão territorial rentabilizando todos os recursos disponíveis.						
OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÕES	METAS	DATA DE REALIZAÇÃO		ENTIDADES RESPONSÁVEIS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
			INICIO	FIM		
Implementar o Programa de Responsabilidade Social “Fornos For Us” até ao final de 2017.	Incentivo à responsabilização social das empresas e à construção de uma relação sustentável com a comunidade.	6 sessões	Jan.	Dez.	CMFA GRACE	Nº de ações realizadas Nº participantes
	Implementação do Cartão Jovem Municipal e do Cartão Sénior Municipal com descontos especiais para jovens e idosos em produtos e serviços diversificados.	50 cartões	Jan.	Dez.	CLAS CMFA	Nº de empresas aderentes Nº de cartões emitidos
Aumentar em 10% a participação em ações de divulgação de medidas de promoção do emprego e/ou de oportunidades de acesso a fontes de financiamento para desenvolvimento de projetos no concelho, face ao ano transato	Funcionamento do Projeto “Mais emprego mais competências”	(não se aplica)	Jan.	Dez.	IEFP APSCDFA/GIP ISCMFA/CLDS3G	Percentagem de participação
	Apoio ao enquadramento de projetos de autoemprego	(não se aplica)	Jan.	Dez.	IEFP/ APSCDFA/GIP ISCMFA/CLDS3G	Percentagem de participação
	Informação sobre o conteúdo e abrangência das medidas ativas de emprego e oportunidades de inserção	(não se aplica)	Jan.	Dez.	IEFP APSCDFA/GIP ISCMFA/CLDS3G	Percentagem de participação
	Informação sobre oportunidades de acesso a fontes de financiamento para dinamização de projetos no concelho.	(não se aplica)	Jan.	Dez.	IEFP/ APSCDFA/GIP ISCMFA/CLDS3G ADRUSE	Percentagem de participação
Reforçar o apoio a iniciativas de promoção do território e dos recursos endógenos, durante o ano de 2017.	Formação em estratégias de marketing dirigidas ao setor empresarial.	2 sessões	Jan.	Dez.	CMFA ISCMFA/CLDS3G	Nº de ações realizadas Nº participantes
	(In)formação sobre medidas agro-ambientais e outras que incentivem práticas de agricultura sustentável e privilegiam o modo de produção biológica.	2 ações	Jan.	Dez.	CMFA ISCMFA/CLDS3G FORAL Confraria da Urtiga	Nº de ações realizadas Nº participantes
	Apoiar o setor do turismo na construção de uma oferta turística estruturada e diferenciada, dando a conhecer boas práticas desenvolvidas noutros territórios	2 sessões	Jan.	Dez.	CLAS	Nº de ações realizadas Nº participantes
	Apoio à realização de feiras, mercadinhos, seminários, jornadas (Feira do Queijo, Seminário Ambiental, Jornadas de Etnobotânica, Passeio Micológico, Rota das Formigas, Encontro da Academia Europeia de Direção de Banda) que valorizem e promovam o potencial endógeno.	5 ações	Jan.	Dez.	CLAS CMFA Confraria da Urtiga AHBVFA	Nº de eventos realizados Nº de participantes
	Desenvolvimento de ações sobre a temática do empreendedorismo no meio escolar	2 sessões	Jan.	Dez.	CLAS ISCMFA/CLDS3G	Nº de ações realizadas Nº participantes
	Apresentação de candidatura ao programa “7 Maravilhas – Aldeias de Portugal”	(não se aplica)	março	março	CLAS	Candidatura apresentada

EIXO DE DESENVOLVIMENTO: QUALIDADE DE VIDA E CIDADANIA						
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Contribuir para uma maior consciencialização dos valores da cidadania procurando obter o compromisso de todos os munícipes na melhoria da qualidade de vida a nível local.						
OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÕES	METAS	DATA DE REALIZAÇÃO		ENTIDADES RESPONSÁVEIS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
			INICIO	FIM		
Incentivar o correto encaminhamento dos resíduos para reciclagem, ou, reutilização premiando as boas práticas ambientais, até ao final de 2017.	Formação/sensibilização ambiental para melhorar a recolha seletiva dos resíduos no concelho	2 ações	Jan.	Dez.	CMFA/ SARAH AEFA	Nº Ações realizadas Nº de participantes
	Funcionamento da “Loja Social” e melhoria da recolha seletiva dos resíduos têxteis	Aumentar para 5500 toneladas a recolha de resíduos têxteis	Jan.	Dez.	CLAS CMFA	Quantidade de resíduos têxteis recolhidos
	Aumento da visibilidade dos equipamentos de recolha de resíduo têxteis através da personalização dos mesmos pelo Grupo Eco-Escolas do Agrupamento de Escolas	6 contentores	Jan.	Junho	CMFA AEFA SARAH	Nº de contentores personalizados
	Reconhecimento publico de comportamentos conscientes, responsáveis e de respeito pelas boas práticas ambientais no concelho.	2 ações	Jan.	Dez.	CLAS	Nº Ações realizadas Nº de participantes
Implementar o Programa de Educação para a Cidadania Plena, até final de 2017.	Participação no Programa nacional Parlamento dos Jovens do EB/Secundário, patrocinado pela AR	(não se aplica)	Jan	Dez.	AEFA	Nº alunos participantes
	(In)Formação para a Cidadania	3 ações	Jan.	Dez.	CLAS AEFA / CPCJFA ISCMFA/CLDS3G	Nº Ações realizadas Nº de participantes
	Promoção da cidadania e da igualdade de género Roteiro “Cidadania em Portugal”	2 ações	Jan.	Dez.	CLAS CMFA	Nº Ações realizadas Nº de participantes
Reforçar a comunicação e o envolvimento crescente dos cidadãos e das organizações sociais na melhoria da qualidade de vida a nível local, até ao final de 2017.	Divulgação dos projetos associativos e da ação desenvolvida pelas organizações sociais na comunidade	Criar um calendário digital de partilha de informação	Jan.	Dez.	CLAS CMFA ISCMFA/CLDS3G	Calendário digital
	Formação em estratégias de marketing social dirigida às organizações sociais	2 ações	Jan.	Dez.	CLAS	Nº Ações realizadas Nº de participantes
	Divulgação e promoção do Banco Local de Voluntariado incentivando o acolhimento de voluntários nas instituições do Município.	(não se aplica)	Jan.	Dez.	CLAS CMFA ISCMFA/CLDS3G	Nº de voluntários integrados nas organizações
	Promover uma maior participação dos munícipes no orçamento participativo “Por Fornos eu participo”	20 propostas	Jan.	Dez.	CMFA CLAS	Nº de propostas apresentadas
	Difusão e partilha de informação relevante entre parceiros do CLAS fazendo uso dos meios disponíveis	20 partilhas de informação	Jan.	Dez.	CLAS	Nº Informações partilhadas